



DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA FUNDAÇÃO MILLENNIUM BCP

Na sequência da publicação da Lei nº 36/2021 de 14.06. 2021 que aprova a (nova) Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública ("EUP"), com entrada em vigor em 01.07.2021, o prazo de vigência do EUP atribuído antes da citada Lei, atualmente a decorrer, deve ser estendido até 10 anos. Findos os 10 anos, a Fundação requererá, com observância dos prazos legais, a renovação do respetivo EUP.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 3/95 (2.ª série). — Nos termos da al. d) do art. 202.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolveu nomear vogal do conselho de administração do ICEP — Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 8.º do Dec.-Lei 388/86, de 18-11, na redacção dada pelo art. 2.º do Dec.-Lei 180/92, de 17-8, e por proposta do Ministro do Comércio e Turismo, o licenciado Pedro Emanuel Feytor Pinto, com efeitos a partir de 1-1-95.

22-12-94. — O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

Desp. 2/95. — Nos termos do n.º 1 do art. 3.º do Dec.-Lei 322/88, de 23-9, na redacção dada pelo Dec.-Lei 45/92, de 4-4, é exonerado do cargo de assessor do meu Gabinete, a fim de assumir funções diplomáticas no estrangeiro, o ministro plenipotenciário Dr. António Manuel de Mendonça Martins da Cruz.

Tendo exercido o cargo de assessor diplomático do meu Gabinete durante mais de nove anos, quero dar expressão pública do meu apreço pela forma como o Dr. Martins da Cruz desempenhou as funções que lhe foram atribuídas no domínio da política externa.

A forma leal, competente e eficaz como sempre defendeu os interesses nacionais e executou as tarefas que lhe foram confiadas, aliada às suas elevadas qualidades profissionais, amplamente reconhecidas interna e externamente, foram para mim da maior valia.

Por todo o seu trabalho, que honra sobremaneira a diplomacia portuguesa, confiro público louvor ao Dr. António Martins da Cruz.

6-1-95. — O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Secretaria-Geral

Declaração. — Nos termos do art. 3.º do Dec.-Lei 460/77, de 7-11, o Primeiro-Ministro declarou de utilidade pública, por despachos de 29-12-94:

Fundação Banco Comercial Português, com sede em Lisboa.
Grupo Desportivo e Cultural de Guilhová, com sede em Guilhová, Ovar.

9-1-95. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

Aviso. — Nos termos dos arts. 24.º, n.º 2, al. b), e 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, avisam-se os interessados de que a lista de classificação final referente ao concurso para preenchimento de 12 lugares de técnico superior principal da carreira técnica superior vertical de dotação global do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 183, de 9-8-94, e homologada por despacho do secretário-geral de 6-1-95, se encontra disponível, para consulta, na Divisão de Relações Públicas desta Secretaria-Geral, sita na Rua do Prof. Gomes Teixeira, em Lisboa. Tel.: 3977001.

9-1-95. — A Presidente do Júri, *Maria Guiomar Cruz*.

Direcção-Geral dos Serviços de Gestão e Organização

Aviso. — Informam-se os interessados de que a lista de classificação final do concurso interno geral de ingresso com vista ao preenchimento de seis lugares actualmente vagos na categoria de terceiro-oficial da carreira de oficial administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços de Gestão e Organização, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 179, de 4-8-94, se encontra afixada nas instalações desta Direcção-Geral, Rua Ivens, 35, 2.º, 1200 Lisboa.

9-1-95. — A Presidente do Júri, *Margarida Belo*.

Instituto Português de Museus

Aviso. — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informam-se todos os interessados de que a lista de classificação final referente ao concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de técnico superior principal, da carreira de técnico superior, do quadro do pessoal do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, conforme aviso de abertura publicado no DR, 2.ª, 72, de 26-3-94, será afixada, na data da publicação do presente aviso

no DR, nas instalações do referido Museu e nas do Instituto Português de Museus, no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, e enviada ao candidato.

5-1-95. — A Presidente do Júri, *Maria Isabel Cunha e Silva*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Instituto de Defesa Nacional

Por despachos do director do Instituto de Defesa Nacional de 28-12-94:

Maria Albertina Gomes Alves, segundo-oficial do quadro próprio do pessoal do Instituto de Defesa Nacional — nomeada, por urgente conveniência de serviço, precedendo concurso, primeiro-oficial do mesmo quadro, ficando exonerada do anterior lugar com efeitos reportados à data do despacho.

Maria Helena Marques Viegas de Sousa, segundo-oficial do quadro próprio do pessoal do Instituto de Defesa Nacional — nomeada, por urgente conveniência de serviço, precedendo concurso, primeiro-oficial do mesmo quadro, ficando exonerada do anterior lugar com efeitos reportados à data do despacho.

Maria Júlia Sequeira Duarte Furtado, segundo-oficial do quadro próprio do pessoal do Instituto de Defesa Nacional — nomeada, por urgente conveniência de serviço, precedendo concurso, primeiro-oficial do mesmo quadro, ficando exonerada do anterior lugar com efeitos reportados à data do despacho.

Por despacho do director do Instituto de Defesa Nacional de 29-12-94:

António Manuel Fonseca Bento, motorista de ligeiros do quadro próprio de pessoal do Instituto Português da Qualidade — nomeado, por urgente conveniência de serviço, precedendo concurso, para idêntico lugar, que se encontra vago, no quadro próprio do Instituto de Defesa Nacional, ficando exonerado do anterior lugar com efeitos reportados a 1-1-95.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

29-12-94. — O Director, *Fernando Manuel Palla Machado da Silva*, vice-almirante.

MARINHA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Desp. 3/95. — No uso da competência delegada que me é conferida, com a faculdade de subdelegar, pelas als. c) e d) do n.º 1 e n.º 3 do Desp. 72/MDN/94, de 28-3, do Ministro da Defesa Nacional, subdelego no superintendente dos Serviços do Pessoal, vice-almirante António José Malheiro Garcia, competência para, no âmbito das direcções e outros organismos da Superintendência dos Serviços do Pessoal:

a) Autorizar a realização de despesas com aquisição de bens e serviços que ultrapassem a competência dos conselhos administrativos em que os organismos daquela Superintendência se apoiam, até aos seguintes montantes:

100 000 000\$, com cumprimento das formalidades legais;
50 000 000\$, com dispensa de realização de concurso, público ou limitado, e de celebração de contrato escrito;

b) Autorizar as despesas referidas na al. d) do n.º 1 do art. 22.º do Dec.-Lei 211/79, de 12-7, até ao limite de 2 000 000\$;

c) Autorizar, de acordo com os procedimentos estabelecidos, as deslocações oficiais ao estrangeiro.

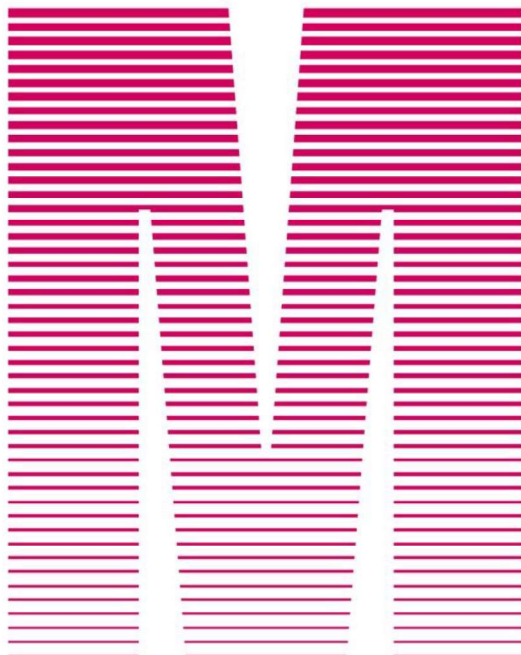
4-1-95. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *João José de Freitas Ribeiro Pacheco*, almirante.

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço do Pessoal

Repatrição de Sargentos e Praças

Portaria. — Manda o Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo do estabelecido no art. 235.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover, por escolha, ao posto de capitão-tenente, em conformidade com o previsto na al. c) do



Fundação Millennium bcp
Rua Augusta, nº84, 1º piso, 1100-053 Lisboa

Pessoa Coletiva de Direito Privado, sem fins lucrativos,
instituída em 27-12-1991, com reconhecimento em 01-08-1994
por Portaria n.º 115/94, publicado no Diário da República, 2.^a
Série, em 24-08-1994, com estatuto de utilidade pública
concedido por despacho do primeiro-ministro de 29-12-1994,
publicado no Diário da República, 2.^a Série, em 18-01-1995.

Código de Atividade Económica (CAE): 91333

Número de Identificação Fiscal: 502689943